

**Análise forense de autoria textual:
estilos sociais e individuais**

Dayane Celestino de Almeida

Universidade Federal de Alagoas, Brasil

Professora Adjunta
Universidade Federal de Alagoas
Campus Maceió, Alagoas
Brasil

Instituição que conferiu o grau:
Universidade de São Paulo, Brasil

Data da atribuição do grau: 2015

Palavras-chave: Semiótica, estilo, linguística forense, sociolinguística, atribuição de autoria, identidade linguística.

Saber quem escreveu um texto ou conjunto de textos anônimos, assinados por pseudônimos ou porque há disputa com relação a sua autoria, tem ajudado a solucionar crimes ou dirimir contendas judiciais. Uma análise linguística pode ser capaz de depreender estilos linguísticos relacionados, tanto a grupos sociais (elaboração de perfis sociolinguísticos), quanto a indivíduos (atribuição de autoria). Exemplos de textos seriam cartas de suicídio, cartas e mensagens anônimas (e.g. em caso de sequestros, chantagens, ameaças, mensagens via celular, etc.), websites com conteúdo ilegal, e-mails ofensivos, entre outros.

Esta tese procurou verificar de que modo as concepções de estilo oriundas da Sociolinguística e da Semiótica discursiva podem ser incorporadas a análises de autoria, com destaque para a importância da inclusão da análise do plano do conteúdo – conforme distinção entre “expressão e conteúdo”, de Hjelmslev (2003), seguida pela Semiótica discursiva (Greimas e Courtés, 1979). Outro objetivo foi reunir, em um único trabalho brasileiro, diversos pontos importantes a respeito da análise de autoria – incluindo seus aspectos jurídicos – dispersos na literatura estrangeira sobre o tema.

Apesar de abordar brevemente a apreensão de perfis sociolinguísticos e discutir sobre a existência de estilos sociais, essa tese se concentrou em um problema específico, vinculado à atribuição de autoria (e, portanto, estilos individuais) nos contextos forenses: a noção de variação intrafalante, segundo a qual “não existe falante de estilo único” (Labov, 2008: 243).

De fato, tem sido demonstrado pela Sociolinguística que um mesmo indivíduo utiliza a língua diferentemente, dependendo de vários fatores, como tema, situação, destinatário, registro, gênero textual, etc. (Labov, 2006, 2008; Bell, 1984; Schilling-Estes, 2001; Eckert e Rickford, 2001). Assim, como determinar que alguém é o autor de textos redigidos em situações diferentes e destinados a interlocutores diferentes? Essa interrogação emerge particularmente no contexto forense, cujos textos recolhidos para comparação são frequentemente de naturezas distintas. Por exemplo, o texto de autoria questionada pode ser uma carta de suicídio e os textos coletados para a comparação podem diferir quanto ao propósito, tema, grau de formalidade, destinatários, gênero, etc. Ou seja, não há nenhuma garantia – e é até mesmo improvável – que se consigam textos escritos no mesmo tom informal que a carta de autoria questionada; e muito menos provável é que se consigam outras cartas de suicídio do mesmo autor para a comparação. É preciso encontrar elementos que variem menos através de textos de naturezas diferentes, pertencentes a um mesmo autor.

Assim, testamos a hipótese de que tais elementos podem ser encontrados no plano do conteúdo. Os trabalhos existentes em atribuição de autoria concentram seus esforços nos elementos que estão na superfície textual, no plano da expressão. São dois os problemas em se considerar apenas esses elementos, em detrimento das categorias do conteúdo. O primeiro é que os discursos são textualizados em níveis que vão do mais abstrato ao mais concreto. Sendo assim, o plano da expressão é mais concreto e, conseqüentemente, mais “numeroso”. Isso significa que uma ou poucas categorias de um nível mais profundo podem ser manifestadas por um leque muito grande de opções. Quanto mais opções um indivíduo tem, maior a possibilidade de variação. A variação intrafalante é, pois, abundante no plano da expressão. O segundo problema é que as características textuais do nível da manifestação podem indicar um estilo se aparecerem recorrentemente. Os textos forenses, porém, são relativamente curtos, o que impede que isso aconteça.

Partindo dessas dificuldades, aventaram-se as seguintes hipóteses:

1. A variação intrafalante tende a ser menor na medida em que se “desce” para os níveis mais “profundos” do plano do conteúdo, já que quanto mais abstrato/simples o nível no plano do conteúdo, menos opções de escolha há para os usuários da língua, o que pode resultar em maior chance de que se façam sempre as mesmas escolhas, isto é, de organizar os textos segundo as mesmas categorias. Se, com essa grande chance de realizar sempre as mesmas escolhas, dois indivíduos distintos escolhem recorrentemente as mesmas opções, mas diferentemente um do

- outro, isso significa que a opção de cada um tem grande poder discriminatório.
2. Uma vez que a organização do plano do conteúdo, principalmente no que diz respeito aos seus níveis mais profundos (fundamental/tensivo e narrativo) sempre existe, mesmo que de modo pressuposto, em todo e qualquer tipo de texto, independentemente de seu tamanho, um método de análise de autoria que incorpore essas categorias se tornaria mais independente do tamanho dos textos e, por isso, mais favorável ao contexto forense.

Vale ressaltar que no cerne das investigações acerca de autoria está a noção de estilo. Greimas e Courtés (1979: 182) definem como estilísticos aqueles “fatos estruturais pertencentes tanto à forma do conteúdo de um discurso quanto aqueles pertencentes à forma da expressão”. Para Fiorin (2008: 97), estilo é “um conjunto global de traços recorrentes do plano do conteúdo (formas discursivas) e do plano da expressão (formas textuais), que produzem um efeito de sentido de identidade. Configuram um ethos discursivo, ou seja, uma imagem do enunciador”. Estilo é, assim, recorrência e distintividade (diferenciação), tanto no plano da expressão, quanto do conteúdo (Fiorin, 2008; Discini, 2009, 2013). Aí está mais uma motivação para incorporar o plano do conteúdo aos estudos forenses de autoria: se a língua é expressão e conteúdo, o estilo deve ser observado nestes dois planos.

Outras vantagens dessa proposta seriam:

- a) Se o estilo não se dá por uma ou outra característica textual isoladamente, mas por uma combinação de características (McMenamin, 2002), quanto mais delas puderem ser examinadas, maior a acurácia da análise: quanto mais elementos puderem ser agregados, mais se estreitam as probabilidades de que exatamente os mesmos elementos ocorram em outros autores.
- b) Por se tratar de características discursivas subjacentes, tanto a textos orais, quanto escritos, podem ser analisados comparativamente textos provenientes dessas duas modalidades linguísticas, a exemplo do trabalho de Harkot-de-la Taille (2008), em que se comparou uma carta de ameaça (texto escrito) com uma entrevista televisiva (texto oral).

Finalmente, precisa-se saber se as categorias examinadas em análises semióticas podem realmente distinguir autores. Para isso, realizamos um estudo quantitativo com 4 autores, em que cada um contribuiu com 20 textos, divididos em dois grupos de 10 (Autor 1A, Autor 1B, e assim por diante). A hipótese era a de que os textos dos grupos A e B de um mesmo autor seriam mais semelhantes entre si do que comparativamente aos subconjuntos de textos dos outros autores, considerando elementos do plano do conteúdo. As semelhanças e diferenças foram medidas quantitativamente. A análise semiótica realizou-se no software Corpus Tool, gerando-se tags para permitir a contagem de dados. A seguir, houve a medição de dados através do Coeficiente de Jaccard (medida estatística que compara semelhanças e diferenças entre amostras). Os resultados mostram que a hipótese aventada se confirma e indicam que as categorias semióticas podem ser utilizadas com sucesso em casos de autoria questionada.

References

- Bell, A. (1984). Language style as audience design. *Language in Society*, 13, 145–204.
Discini, N. (2009). *O Estilo nos Textos*. São Paulo: Contexto.

- Discini, N. (2013). *Estilo e Corpo*. Tese (livre-docência), Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Eckert, P. e Rickford, J. R. (2001). *Style and Sociolinguistic Variation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fiorin, J. L. (2008). *Em busca do sentido: Estudos discursivos*. São Paulo: Contexto.
- Greimas, A. J. e Courtés, J. (1979). *Sémiotique: Dictionnaire Raisonné de la Théorie du Langage*. Paris: Hachette.
- Harkot-de-la Taille, E. (2008). Ethos e autoria. In *III Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso: Emoções, Ethos e Argumentação - Anais*, volume 1, Belo Horizonte: UFMG.
- Hjelmslev, L. (2003). *Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem*. São Paulo: Perspectiva.
- Labov, W. (2006). *The Social Stratification of English in New York City*. São Paulo: Cambridge University Press.
- Labov, W. (2008). *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola.
- McMenamin, G. (2002). *Forensic Linguistics: Advances in Forensic Stylistics*. Boca Raton, Florida, USA: CRC Press.
- Schilling-Estes, N. (2001). Investigating stylistic variation. In J. Chambers, P. Trudgill e N. Schilling-Estes, Orgs., *The Handbook of Language Variation and Change*. Oxford & Malden, MA: Blackwell.